

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT06.023

O USO DE ANIMAÇÕES DIGITAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA

Aline Cândida de Araújo¹

RESUMO

O presente trabalho busca evidenciar as potencialidades do uso de animações no Ensino de História Indígena, tendo como base a Lei 11.645/08, que alterou a Lei 10.639/03, passando a incluir a obrigatoriedade do ensino de História e culturas indígenas nas escolas da educação básica em todo o país. Contudo, a ausência da História Indígena nos currículos escolares, ou sua apresentação de forma distorcida e secundarizada, evidencia a necessidade de questionar quais narrativas e identidades históricas estão sendo discutidas em sala de aula, bem como a persistência de parâmetros teóricos e metodológicos pautados em interpretações eurocêntricas. Diante desse cenário, propomos o uso da animação “Protagonistas do Sertão Colonial”, com o objetivo de oferecer aos docentes de História, e também aos estudantes, um recurso visual que possa ser utilizado como suporte didático em sala de aula. A partir dos trabalhos de Silva (2023), Almeida (2010), Shohat e Stam (2016), Kayapó (2021) e Gama (2016), desenvolvemos a proposta de criação dessa animação digital, que tem como fundamento a valorização dos protagonismos dos povos indígenas. Nosso objetivo é que essa produção alcance professores que, ao abordarem a formação do sertão colonial, não negligenciem a presença e a atuação dos povos indígenas nesse processo. Além disso, buscamos que ao

1 Doutoranda do Curso de Ensino de História da Universidade de Pernambuco - UPE, aline.candida@upe.br

pesquisarem sobre o tema, encontrem em nosso vídeo um material de apoio capaz de subsidiar suas práticas no ensino de História.

Palavras-chave: Ensino de História Indígena, animações, protagonismos.

INTRODUÇÃO

No cenário educacional brasileiro, persistem diversos desafios relacionados ao ensino das histórias indígenas. Segundo Kayapó (2021), a forma como essa temática é abordada no país tende a reproduzir práticas colonialistas. Os conteúdos frequentemente são tratados sob uma ótica eurocêntrica, centrada na colonização e na perspectiva do colonizador europeu, o que reforça estereótipos, invisibiliza o protagonismo indígena e sustenta práticas pedagógicas unilaterais. Essa situação se agrava com o uso de materiais didáticos pautados por preceitos colonialistas: orientados pela lógica do mercado editorial, eles relegam as populações indígenas a temas secundários e apresentam abordagens estereotipadas, concentrando-se quase exclusivamente nos capítulos iniciais sobre a colonização.

Como resposta a esse apagamento histórico e cultural, foi sancionada em 2008, a Lei nº 11.645, que tornou obrigatória a inclusão da história e das culturas indígenas nos currículos das escolas públicas e privadas de todo o país. Contudo, apesar desse avanço legal, sua efetivação no cotidiano escolar encontra diversos obstáculos. Para Silva (2023), existe uma distância considerável entre a promulgação da lei e sua aplicação prática. Essa lacuna revela um descompasso entre o conhecimento histórico e antropológico produzido nas universidades e o conteúdo efetivamente trabalhado no Ensino Fundamental e Médio.

Ainda segundo a autora, esse cenário está enraizado em políticas de apagamento etnocidas agravadas pela ascensão da extrema-direita no cenário político brasileiro nos últimos anos. Assim, embora importante, a legislação não garante por si só, a valorização de conteúdos ligados à literatura, às artes, à história e às culturas de matrizes africanas e indígenas no ambiente escolar.

Esses desafios também são sustentados por uma mentalidade social marcada pela falsa ideia, como aponta Bessa Freire (2002), de que as culturas indígenas seriam “atrasadas”. Essa concepção equivocada alimenta o desmerecimento dos saberes indígenas e contribui para a reprodução

de estereótipos. A lógica da marginalização se reflete ainda em práticas de violência e opressão historicamente dirigidas aos povos indígenas. Submetidos a diversas formas de racismo, esses povos enfrentam até hoje desigualdades estruturais. Brighent (2015) reforça que a violência contra os indígenas é, muitas vezes, de caráter institucional, praticada pelo Estado tanto por ação quanto por omissão diante das próprias leis que estabelece.

Nesse contexto de estigmatização e violência, torna-se essencial refletir sobre estratégias capazes de desconstruir os discursos hegemônicos, o que implica no desenvolvimento de práticas e no uso de recursos pedagógicos que promovam o reconhecimento da diversidade humana, bem como o respeito e a valorização das múltiplas identidades culturais.

As mídias, em especial o audiovisual, desempenham papel central na construção do imaginário social sobre os povos indígenas e por isso, devem ser consideradas como ferramentas que integram a formação dos estudantes. Birro (2024) destaca que as tecnologias digitais transformaram a forma como interagimos com o mundo, e que essas mudanças também alcançaram os espaços escolares. Nesse cenário, as mídias atuam tanto como instrumentos de controle social quanto como ferramentas para novos modos de perceber, aprender e difundir conhecimentos (Bévort; Belloni, 2009).

A crescente disseminação de aparelhos eletrônicos possibilitou que os sujeitos contemporâneos se tornassem ao mesmo tempo, consumidores e produtores de mensagens. Pires (2010) observa que os vídeos passaram a ser ferramentas pedagógicas com potencial para permitir que os estudantes visualizem conflitos e questionem representações. Quando voltados aos protagonismos indígenas, esses recursos audiovisuais se tornam oportunidades para desconstruir várias ideias preconceituosas, dentre elas a falsa ideia do “fim dos índios”, mencionada por Silva (2023).

No entanto, para que os recursos audiovisuais de fato contribuam para um ensino crítico e transformador, é preciso ir além da mera exibição. Cerigatto e Casarin (2015) alertam que produtos midiáticos devem

ser trabalhados como objetos de análise crítica, e não apenas como ilustrações temáticas. Compreender o contexto de criação, os objetivos e os meios de divulgação de cada obra são fundamentais para garantir o uso consciente e pedagógico dessas ferramentas em sala de aula.

Essa necessidade se torna evidente ao analisarmos as representações indígenas no audiovisual brasileiro. Desde as primeiras produções, os povos indígenas foram retratados de forma idealizada, como arquétipos. Não importava que fossem reais, desde que parecessem reais segundo os cânones vigentes (Rodrigues, 1980, p. 179). Essas produções, que posteriormente se expandiram para além dos filmes, incluindo teledramaturgias, animações, curtas-metragens e vídeos online, geralmente reforçam um imaginário social marcado por representações racistas. Exemplos como a telenovela *Uga Uga*, exibida pela Rede Globo em 2000, e o filme *Tainá: Uma aventura na Amazônia*, lançado no mesmo ano, ilustram como os personagens indígenas ainda são frequentemente representados sob a ótica do “índio bárbaro” ou “incivilizado” (SILVA; SILVA; MARTINS, 2018).

Outro exemplo dessas distorções pode ser observado na animação destinada ao público infantojuvenil, denominada *Celebrando na Aldeia o Dia do Índio*, produzida pela Turma do Folclore no ano de 2019, disponível no YouTube onde atualmente conta com mais de 1,1 milhão de visualizações. Apesar de sua ampla circulação, essa produção apresenta uma série de problemas marcados por preconceitos e estereótipos, retratando os povos indígenas como grupos necessitados de proteção e utilizando de forma pejorativa termos como “índio” e “tribo”. Além disso, a referência ao “dia do índio” é feita de maneira desconexa em relação aos movimentos de luta pela valorização da diversidade étnico-racial no Brasil. Outra problemática envolve o uso do termo “artesanato” para descrever a produção artística indígena, reduzindo a complexidade e a sofisticação de suas práticas culturais e artísticas. Por fim, a narrativa celebra a chegada dos europeus ao território hoje conhecido como Brasil, associando os indígenas a elementos folclóricos e reforçando uma visão limitada de suas culturas.

Essas representações revelam que a construção identitária dos personagens indígenas no audiovisual está profundamente atravessada por relações de poder. Essa lógica está ancorada nos processos classificatórios do imperialismo, o que Smith (2018) define como “hierarquias de raça e tipologias de diferentes sociedades”, critérios que estabelecem quem merece ou não ser reconhecido como humano.

Essa visão hierarquizada do mundo encontrou no cinema um espaço privilegiado de circulação simbólica, no qual os povos indígenas foram frequentemente retratados sob a ótica do colonizador e enquadrados em narrativas de subordinação e desaparecimento.

Durante o século XX o cinema hollywoodiano desempenhou papel central na difusão desses estereótipos. De acordo com Shohat e Stam (2006), cerca de um quarto dos longas-metragens produzidos nos Estados Unidos entre 1926 e 1967 abordaram temas indígenas, inseridos em narrativas que naturalizavam o desaparecimento desses povos como parte de um “destino inevitável”. Esses filmes, especialmente os do gênero faroeste, consolidaram imagens de exotismo, “selvageria” e violência. Obras como *Dança com Lobos* (1990) e *Little Big Man* (1970) perpetuam representações racistas, caricatas e desconectadas das dimensões reais, sociais, culturais e históricas dos povos indígenas.

Essa construção midiática transcende as telas e adentra o ambiente escolar, influenciando significativamente a formação do imaginário dos estudantes. Como observam Silva e Costa (2018), os jovens estão imersos em um ambiente saturado de sons e imagens, mas nem sempre têm oportunidade de refletir criticamente sobre eles. Por isso, é urgente a implementação de práticas pedagógicas que incentivem a análise crítica dos conteúdos midiáticos, superando a passividade diante das telas.

Nesse sentido, é essencial utilizar ferramentas didáticas que se afastem da centralidade eurocêntrica e valorizem as perspectivas indígenas. Além disso, é necessário proporcionar aos estudantes uma compreensão legítima dos temas propostos, incentivando-os a construir significados a partir de suas vivências e das discussões realizadas em sala de aula,

expressando suas próprias ideias e perspectivas. Dessa maneira, o ensino de História pode contribuir para a valorização das múltiplas formas de existência e resistência dos povos indígenas.

OS PROTAGONISMOS INDÍGENAS A PARTIR DO AUDIOVISUAL CONTEMPORÂNEO

Em uma sociedade em que o passado e o presente se tornaram produtos culturais amplamente difundido por diferentes mídias, torna-se fundamental refletir criticamente sobre as representações veiculadas: quem está por trás dessas produções e quais discursos estão sendo mobilizados?

É nesse contexto que o campo do audiovisual indígena contemporâneo se destaca como uma forma de romper com os modelos tradicionais de produção e difusão do conhecimento histórico. Nos últimos anos, tem se consolidado uma nova perspectiva narrativa em que os próprios povos indígenas assumem o controle de suas histórias, reelaborando representações que durante muito tempo foram impostas por olhares externos. Nunes, Silva e Silva (2014) apontam que essa transformação ocorre sobretudo no campo da produção: hoje, uma parte dos filmes indígenas é realizada por cineastas indígenas, o que marca uma ruptura em relação às críticas externas aos estereótipos coloniais.

Segundo Almeida (2010), desde os anos 1970, os indígenas são vistos não como vítimas passivas, mas como agentes ativos, capazes de ressignificar elementos da cultura ocidental para seus próprios interesses. Essa mudança evidencia os protagonismos dos próprios indígenas na condução de suas narrativas. De acordo com os autores Nunes, Silva e Silva (2014), essa autonomia representa uma forma de recuperação histórica diante das lacunas deixadas pela historiografia tradicional. Além disso, tais produções atuam como contra-narrativas, desafiando estereótipos cristalizados e contribuindo para a visibilidade das lutas, culturas e identidades indígenas no presente.

Nesse processo de ressignificação, destacam-se as produções de cineastas indígenas como Sueli e Isael Maxakali. Para Sueli, o audiovisual não foi introduzido em sua comunidade com a intenção de modificar a cultura, mas como um recurso para enfrentar o preconceito. Ela afirma: “Assim, o cinema para nós é muito fundamental... Quando a gente pega a filmadora, a gente sabe que ali faz parte de nós” (MAXAKALI, SUELI, apud SOUZA; CAMARGO, 2021, p. 216). Essa afirmação revela o entendimento do cinema como extensão da própria identidade, como linguagem de resistência e pertencimento.

Um exemplo fundamental dessa produção é o curta-metragem de animação Konãgxeka: O Dilúvio Maxakali (2016), dirigido por Isael Maxakali e Charles Bicalho. O filme, inspirado nas tradições e crenças do povo Maxakali, apresenta ao público uma narrativa ancorada em sua cosmovisão, utilizando a linguagem audiovisual como meio de expressar saberes ancestrais. Disponível online, a obra já ultrapassa 16 mil visualizações, demonstrando o potencial do cinema indígena para alcançar públicos diversos e ampliar o reconhecimento de identidades culturais frequentemente invisibilizadas.

Mais uma produção importante é Ga vī: A Voz do Barro, uma animação que surgiu a partir das memórias narradas por Gilda Wankyly Kuita e Iracema Gãh Té Nascimento. Essa obra foi criada a partir de imagens e sons captados na Terra Indígena Kaingang Apucarantina (PR) durante o encontro de mulheres intitulado “Ga vī: a voz do barro, conversando com a terra”, realizado em 2021. Produzida pelo COMIN-FLD, Coletivo Nêñ Ga e Tela Indígena, a animação está disponível no YouTube e conta com aproximadamente 12 mil visualizações. A obra combina elementos de memória, tradição e ancestralidade do povo Kaingang, explorando a produção de cerâmica à luz das histórias compartilhadas por Gilda e Iracema.

Outra experiência significativa é o projeto Vídeo nas Aldeias (VNA), que atua no fortalecimento da produção audiovisual indígena no Brasil, promovendo processos formativos e colaborativos a partir de uma perspectiva de “estar e fazer juntos, conectados, em rede, abertos ao Outro”

(FILIFE, 2020, p. 34). Para o autor, essa proposta insere o cinema em um espaço de participação coletiva, no qual se produz “com”, “a partir de” e “junto” aos povos indígenas. Essa perspectiva dialoga diretamente com a proposta de Shohat e Stam (2006), ao enfatizar a importância de “falar-mos juntos”, o que significa não falar pelos outros, nem substituí-los, mas construir narrativas lado a lado. De acordo com a própria plataforma do projeto, já foram realizados 88 filmes em colaboração com diferentes povos originários.

Além dessas, outra iniciativa relevante é desenvolvida pelo coletivo audiovisual Ororubá Filmes, formado por jovens da etnia Xukuru do Ororubá, em Pernambuco. Conforme a descrição do canal, trata-se de uma iniciativa “criada para a comunicação audiovisual do povo Xukuru [...], registrando história, luta, tradição e acontecimento do povo Xukuru do Ororubá para usar como material de fortalecimento da luta em defesa da terra” (ORORUBÁ FILMES, 2019, tradução nossa). Essa iniciativa se articula com o que Pery, Almeida e Maia (2024) apontam como a emergência de grupos historicamente minorizados como sujeitos ativos no espaço público, demandando o reconhecimento de seus direitos, inclusive o direito à memória, o que tem possibilitado que passados sensíveis se projetem na contemporaneidade como força política viva.

Nesse mesmo contexto, destaca-se o projeto Kmaikya: Histórias Indígenas², um perfil voltado à divulgação das histórias dos povos indígenas por meio de seus múltiplos protagonismos. Com presença ativa no Instagram e no YouTube, a iniciativa é gerida por pesquisadores da Universidade de Pernambuco que, por meio de conteúdos como vídeos, textos e entrevistas produzidos para as redes sociais, buscam romper com os estereótipos racistas que ainda marcam as representações sobre essas populações. Inserido no campo da História Pública, o projeto se carac-

2 KMAIKYA: Histórias Indígenas. [S.l.]: Kmaikya, [s.d.]. Canal no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@Kmaikya>. Acesso em: 24 jul. 2025.
KMAIKYA: Histórias Indígenas. [S.l.]: Kmaikya, [s.d.]. Perfil no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/kmaikya/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

teriza por seu caráter colaborativo, envolvendo artistas, pesquisadores e professores indígenas na construção e disseminação de narrativas históricas, contribuindo para a valorização de saberes plurais.

Dessa forma, o audiovisual indígena contemporâneo também atua como instrumento de resistência, visibilidade e protagonismo. Ao colocar os próprios povos indígenas no centro da narrativa, essas produções rompem com estereótipos coloniais, ampliam o acesso a diferentes perspectivas históricas e culturais e reforçam a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de experiências que compõem a história do Brasil.

NARRATIVAS VISUAIS COMO FERRAMENTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM HISTÓRICA: UMA ANÁLISE DA SÉRIE PROTAGONISTAS DO SERTÃO COLONIAL

O uso massivo da internet e das redes sociais tem ampliado significativamente o alcance de conteúdos históricos, sobretudo por meio de vídeos, o que nos leva a refletir sobre os impactos das mídias audiovisuais na formação da consciência histórica. Apesar do potencial das plataformas digitais para democratizar o acesso à informação, é preciso cautela. Muitas vezes, representações sobre grupos historicamente marginalizados são distorcidas, culpabilizando-os pelas próprias violências que sofreram (ROVAI, 2020, p. 2).

Diante desse cenário é necessário o desenvolvimento de estratégias que estimulem o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, reconhecendo que seus saberes cotidianos e digitais são fundamentais para a construção de um ambiente escolar mais democrático. Isso implica compreender que os saberes dos alunos não se restringem ao espaço formal da sala de aula, mas se constroem também a partir de suas vivências, práticas culturais e experiências tecnológicas. Nesse sentido, metodologias ativas, aliadas a modelos flexíveis e híbridos de ensino, oferecem caminhos eficazes para atender às demandas dos aprendizes contemporâneos (BACICH; MORAN, 2018, p. 4).

Transformar essas experiências em oportunidades de aprendizagem nos permite integrar, de forma crítica, as práticas já presentes no cotidiano dos estudantes. Como argumenta Selwyn (2008, p. 836), mais do que impor atividades previamente definidas, é necessário partir daquilo que os jovens já fazem e conhecem, aproveitando esses elementos como ponto de partida para o processo educativo.

É nesse contexto que a série Protagonistas do Sertão Colonial se destaca como um recurso pedagógico importante. Lançada em 2024, como resultado de uma pesquisa acadêmica vinculada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade de Pernambuco.

Disponível no canal do YouTube Kmaikya: Histórias Indígenas, a produção amplia o acesso ao conhecimento e favorece práticas pedagógicas mais inclusivas e antirracistas.

A proposta surgiu da necessidade de produzir um conteúdo digital que destacasse a participação indígena na chamada “Guerra dos Bárbaros”, enfrentando o silenciamento frequente presente tanto nos materiais didáticos quanto nos ambientes digitais sobre a atuação indígena nas batalhas coloniais. Para isso, baseamo-nos no trabalho de Gama (2016), que apresenta um passo a passo para a idealização de animações digitais. Inicialmente, desenvolvemos a etapa de pré-produção, que incluiu a criação dos episódios, a seleção das referências bibliográficas, a definição e caracterização da personagem, além da determinação da duração de cada vídeo.

Organizada em cinco episódios curtos, com duração média entre um e dois minutos, a série trata de temas como: o que foi a “Guerra dos Bárbaros”; os grupos indígenas envolvidos; o protagonismo indígena no conflito; os Tarairiú; e os Kariri. De acordo com Araújo (2024), o roteiro de cada episódio foi construído em diálogo com o público escolar, com o objetivo de apresentar os povos indígenas sob uma nova ótica, como verdadeiros protagonistas históricos, e não apenas como figuras passivas nos acontecimentos narrados.

O uso da série em sala de aula possibilita o rompimento com discursos cristalizados no imaginário social e estimula novas representações que valorizam as culturas indígenas, seus saberes, historicidades e protagonismos. Iniciativas como essa contribuem diretamente para a superação de práticas excludentes, promovendo uma formação cidadã comprometida com a diversidade e com a desconstrução de lógicas coloniais ainda presentes no ensino de História.

De acordo com Saliba (2013), as imagens mais potentes são aquelas capazes de provocar reações e romper com a banalização das representações canônicas. É justamente esse o objetivo da série Protagonistas do Sertão Colonial, ao apresentar os povos indígenas de forma distinta das narrativas tradicionais ensinadas nas escolas. Para o autor, o papel do professor é fundamental nesse processo de desmistificação das imagens impostas, atuando como mediador entre o conhecimento histórico crítico e os estudantes, e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência histórica mais plural.

Dando continuidade à proposta, a próxima temporada da série prevê uma participação ainda mais ativa dos estudantes no processo criativo. Desta vez, eles atuarão como coautores, participando da elaboração de roteiros, criação de cenários, divulgação e finalização do material, que será apresentado em eventos escolares. A intenção é que, por meio dessa vivência, os alunos compreendam o conhecimento histórico e o ressignifiquem a partir de suas próprias experiências e leituras de mundo (HERMETO; FERREIRA, 2022, p. 25).

Assim, ao integrar saberes diversos, promover o protagonismo estudantil e valorizar narrativas historicamente silenciadas, a produção Protagonistas do Sertão Colonial se configura como uma potente ferramenta de ensino, contribuindo para um ensino de História Indígena mais significativo e emancipador.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da série Protagonistas do Sertão Colonial foi realizada na Escola Municipal Angelina Margarida dos Santos, situada na cidade de Surubim, no Agreste pernambucano. A instituição atende às etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), contando atualmente com aproximadamente 350 estudantes.

O público-alvo da intervenção pedagógica foi uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental, selecionada em virtude da pertinência temática em relação ao conteúdo curricular de História. A atividade foi estruturada como uma oficina pedagógica com caráter formativo e investigativo, integrando recursos audiovisuais e metodologias participativas.

A proposta teve como objetivo promover uma reflexão crítica sobre os protagonismos indígenas na história do sertão colonial, a partir da exibição e discussão da série Protagonistas do Sertão Colonial, composta por cinco episódios de curta duração. O processo de aplicação ocorreu de forma sequencial: os episódios foram exibidos em blocos, e a cada intervalo foi conduzida uma roda de conversa mediada, na qual os estudantes puderam expressar suas percepções, dúvidas e interpretações sobre o que havia sido apresentado.

Esses momentos de diálogo possibilitaram a aproximação entre o conteúdo audiovisual e o conhecimento histórico escolar, estimulando o desenvolvimento da leitura crítica das imagens e a identificação de elementos narrativos que retratam a presença e resistência dos povos indígenas no período colonial. A metodologia adotada buscou, assim romper com uma visão eurocêntrica ainda recorrente nos materiais didáticos, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Ao término da exibição da série, os estudantes foram convidados a produzir representações visuais inspiradas nos episódios. Essa etapa teve o propósito de favorecer a expressão criativa dos participantes, permitindo que reinterpretassem as narrativas apresentadas de acordo com

suas próprias leituras e experiências. Posteriormente, as produções foram compartilhadas em sala de aula em um momento coletivo de socialização.

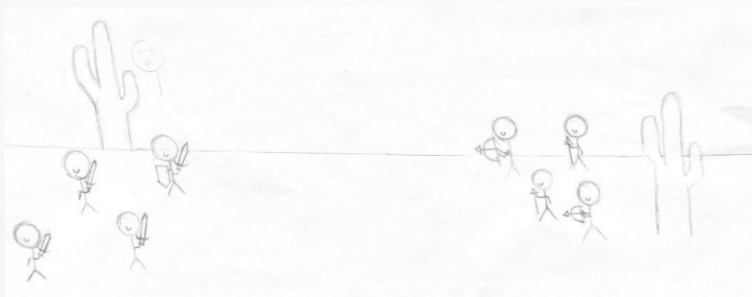
A atividade revelou-se significativa tanto do ponto de vista didático quanto formativo, ao demonstrar que o uso de recursos audiovisuais pode potencializar a compreensão dos processos históricos e contribuir para a construção de uma consciência crítica sobre a diversidade étnica e cultural do Brasil. Além disso, permitiu observar como os estudantes mobilizam sentidos ao se depararem com representações que desafiam as narrativas hegemônica.

Imagem 1



Fonte: Elaborado pelos alunos (2025)

Imagem 2



Fonte: Elaborado pelos alunos (2025)

Imagem 3



Fonte: Elaborado pelos alunos (2025)

As imagens acima ilustram parte das produções visuais realizadas pelos estudantes ao final da oficina. Os desenhos expressam as interpretações construídas pelos alunos a partir da série Protagonistas do Sertão Colonial, revelando como cada participante ressignificou as narrativas apresentadas de acordo com sua compreensão e sensibilidade. Observa-se que nas representações, há uma valorização das temáticas relacionadas à resistência, ao território e às identidades, evidenciando a capacidade dos estudantes em estabelecer conexões entre o conteúdo histórico e as questões contemporâneas que envolvem os processos de resistências indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência realizada com a série de animações digitais “Protagonistas do Sertão Colonial” mostrou-se eficaz para ampliar a compreensão dos estudantes sobre os povos indígenas e seus protagonismos históricos. Por meio das produções artísticas e das rodas de conversa, observou-se que os alunos foram capazes de problematizar narrativas hegemônicas e construir representações mais críticas acerca da atuação indígena,

evidenciando o potencial dos recursos audiovisuais como ferramentas pedagógicas para o ensino de História.

Este trabalho reforça a necessidade de revisitar e desconstruir narrativas históricas tradicionais, contribuindo para a consolidação de um ensino que valorize a diversidade cultural e os protagonismos de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, o trabalho ganha relevância diante da carência de materiais didáticos e pedagógicos que abordem de forma crítica as temáticas indígenas no Brasil. A criação de animações digitais surge, portanto, como uma alternativa pedagógica capaz de oferecer uma abordagem contextualizada, evidenciar os protagonismos indígenas e fomentar uma educação plural, reflexiva e emancipadora.

Iniciativas desse tipo colaboram diretamente para a superação de práticas educativas excludentes, abrindo espaço para a formação de cidadãos conscientes da diversidade cultural e comprometidos com a desconstrução das lógicas coloniais ainda presentes no ensino de História.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARAÚJO, Aline Cândida de. As representações dos povos indígenas nos livros didáticos do 6.º e 7.º ano do Ensino Fundamental, e a produção de uma animação sobre a 'Guerra dos Bárbaros'. Universidade de Pernambuco, 27 jun. 2024.

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAPTISTA, C. R. et al. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009.

BESSA FREIRE, José Ribamar. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano, Manaus, n. 1, p. 17-33, set. 2002.

BIRRO, Renan Marques. Ensino de História e animações digitais: relato de experiência e proposta de abordagem metodológica / Teaching History and Digital Animation: an experience report and a suggestion of methodological approach. Revista Húmus, v. 14, n. 43, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 103-120, set./dez. 2015.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. E-Mosaicos, V. 7, P. 3-25, 2019.

CERIGATTO, Mariana Pícaro; CASARIN, Helen de Castro Silva. O audiovisual como fonte de informação na escola: desafios para a media literacy. Biblioteca Escolar em Revista, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 31-52, 2015.

CÂNDIDA, Aline. Protagonistas do Sertão Colonial [vídeo]. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DLLEiJTpGLU>. Acesso em: 24 jul. 2025.

COLETÂNEA TURMA DO FOLCLORE. Lendas Indígenas. Canoa Produções: Criação e Direção de Arte: Turma do Folclore, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IRwOBqNXhsc>. Acesso em: 27 jul. 2025. Duração: 3 min e 5 seg.

DANCES WITH WOLVES. Direção: Kevin Costner. Roteiro: Michael Blake. Produção: Kevin Costner. [S.l.]: Tig Productions; Orion Pictures, 1990. 1 filme (181 min), son., color.

FERNANDES, Juliana Ventura de Souza; CAMARGO, Pablo Matos. Imagens cosmocinepolíticas: uma quase entrevista. Entrevista com Sueli Maxakali. In: HERMETO, Camila; FERREIRA, Jônatas (orgs.). História pública e ensino de história. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

GAMA, M. Animação: técnicas e processo. BNDS, 2016. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/proces-soanimacao>. Acesso em: 12 fev. 2024.

GA VÍ: A VOZ DO BARRO. Direção e roteiro: Ana Letícia Meira Schweig et al. Animação e som: Vini Albernaz. Captação: Cleber Kronun de Almeida, Eduardo Santos Schaan e Geórgia de Macedo Garcia. Tradução Kaingang-Português: Nyg Kuita, Iracema Gãh Té Nascimento, Gilda Wankyly Kuita e Eduardo Santos Schaan. Trilha sonora: Coletivo Nën Ga, Terra Indígena Goj Veso, 2017.

GLOBO. Uga Uga. Direção: Wolf Maya. Roteiro: Carlos Lombardi. Rio de Janeiro: TV Globo, 2000. 1 DVD (157 episódios).

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. (Orgs.). História pública e ensino de história. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

KAYAPÓ, Edson. O silêncio que faz ecoar as vozes indígenas. In: Cesco, Susana et al. (orgs.) Ensino de História: reflexões e práticas decoloniais. Porto Alegre, RS : Editora Letra1, 2021

KMAIKYA: Histórias Indígenas. [S.l.]: Kmaikya, [s.d.]. Canal no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@Kmaikya>. Acesso em: 24 jul. 2025.

KMAIKYA: Histórias Indígenas. [S.l.]: Kmaikya, [s.d.]. Perfil no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/kmaikya/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

KONĂGXEKA: o Dilúvio Maxakali. Direção: Charles Bicalho; Isael Maxakali. [S.l.]: Pajé Filmes, 2016. Curta-metragem. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_XKNdLtJZGs. Acesso em: 24 jul. 2025.

LAMARCA, Tânia; BLOCH, Sérgio (Dir.). Tainá: uma aventura na Amazônia. Brasil: [s.n.], 2000. 1 DVD (89 min), son., color.

LITTLE BIG MAN. Direção: Arthur Penn. Produção: Hiller Productions, 1970. 150 min, color.

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003. Disponível em: <https://estagioshistoriamales.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/NAPOLITANO-M.-Como-usar-o-cinema-em-sala-de-aula-LIV.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

NUNES, Karliane Macedo; SILVA, Renato Izidoro da; SILVA, José de Oliveira dos Santos. Cinema indígena: de objeto a sujeito da produção cinematográfica no Brasil. Polis, v. 38, 2014.

ORORUBA FILMES. [S.l.]: Ororuba Filmes, [s.d.]. Canal no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@ororubafilmes1397>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PERRY, Jimena; ALMEIDA, Juniele Râbello de; MAIA, Tatyana de Amaral (org.). Dossiê: História Oral, História Pública e Movimentos Sociais no Tempo Presente. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 17, n. 2, p. 1-237, jul./dez. 2024.

PIRES, Eloiza Gurgel. A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 281-295, jan./abr. 2010.

RODRIGUES, João Carlos. O índio brasileiro e o cinema. In: VÁRIOS AUTORES. Cinema brasileiro: 8 estudos. Rio de Janeiro: MEC/Embrafilme/Funarte, 1980. p. 173-194.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira et al. (Orgs.). Coleção História do Tempo Presente: volume 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; SANTHIAGO, Ricardo; SOUZA, Fabiúla Sevilha de. História pública, tempo presente e o futuro da esperança. Revista Brasileira de História Pública, v. 13, n. 4, 2024. Disponível em: <https://rbhp.org.br/index.php/rbhp/issue/view/40>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SELWYN, Neil. O uso das TIC na educação e a promoção de inclusão social: uma perspectiva crítica do Reino Unido. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 104 - Especial, p. 815-850, out. 2008.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. Histórias e culturas indígenas na Educação Básica. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. ISBN 978-85-5130-324-5.

SILVA, Jaine Araújo da; SILVA, José Tarisson Costa da; MARTINS, Maria Clara de Oliveira. Tainá: a reencenação de estereótipos na narrativa do descobrimento. Revista Tropos, v. 7, n. 2, dez. 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei. Quem disse que “os índios estão acabando”? Respostas indígenas ao discurso do “fim dos índios” no ensino de história. Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História, v. 20, n. 36, p. 220-248, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v20i36.1020>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

VÍDEO NAS ALDEIAS. Canal Vídeo nas Aldeias. YouTube, lançado desde 1987. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/VideoNasAldeias>. Acesso em: 27 jul. 2025.

VENTURA DE SOUZA-FERNANDES, J.; CAMARGO, P. M. Imagens Cosmocinepólicas: uma (quase) entrevista com Sueli Maxakali. In: HERMETO, M.; FERREIRA, R. A. (Orgs.). História pública e ensino de história. São Paulo: Letra e Voz, 2021.